

A EDUCAÇÃO FÍSICA SOB A ÓTICA DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MUNICÍPIO DE RIO POMBA-MG

KÉLVIA SIQUEIRA SILVA¹
DANIELA DA SILVA LIMA¹
MAX OLIVEIRA MADEIRA^{1,2,3}

Faculdade Governador Ozanan Coelho, Ubá – Minas Gerais – Brasil¹
Faculdade de Minas, Muriaé – Minas Gerais – Brasil²
Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – Minas Gerais – Brasil³
kellyynha@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se caracteriza como uma Modalidade de Ensino voltada para aqueles que não conseguiram na idade adequada completar o Ensino Regular, esses alunos retornam as escolas com intuito de buscar conhecimentos que foram interrompidos, e a EJA é uma forma de educação possível e capaz de mudar significativamente a vida de uma pessoa, permitindo-lhe reescrever sua história de vida. Para Lopes e Souza (2005) o papel docente é de fundamental importância no processo de reingresso do aluno às turmas de EJA. Por isso, o professor da EJA deve, também, ser um professor especial, capaz de identificar o potencial de cada aluno.

A inserção das aulas de EF na Educação de Jovens e Adultos representa a possibilidade para os alunos do contato com a cultura corporal de movimento. De acordo com Pires et al. (2002) o acesso a esse universo de informações, vivências e valores é compreendido aqui como um direito do cidadão, uma perspectiva de construção e usufruto de instrumentos para promover a saúde, utilizar criativamente o tempo de lazer e expressar afetos e sentimentos em diversos contextos de convivência.

Barbosa (2011) afirma que a prática de atividades físicas é fator indispensável para uma melhor qualidade de vida, se fazendo necessário o incentivo e adequação das atividades para alunos da EJA, incentivando a todos os alunos para que possam experimentar e vivenciar diferentes estímulos físicos, tendo nessa modalidade alunos com idades mais avançadas que, geralmente, trabalham e têm direito a facultatividade da disciplina, mas ao mesmo tempo se não forem cativados pelo professor e pelas atividades usufruirão dessa facultatividade para unir o não querer e seu direito, por não ter em mente a importância de atividades diferenciadas para sua vida.

Para entender essa relação a presente pesquisa buscou analisar os alunos inseridos na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) da cidade de Rio Pomba/MG através de aplicação de questionários, sobre a participação ou não desses nas aulas de EF, ressaltando o conhecimento que possuem sobre a disciplina, se estão cientes da lei que os ampara perante a participação ativa ou não das aulas, sendo essa participação facultativa segundo a LDB/96. Procurando analisar e entender a relação professor-aluno, como são ministradas as aulas dos professores de EF, tendo como base a descrição dos próprios alunos.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

De acordo com Lopes e Souza (2005) no início a alfabetização de adultos para os colonizadores, tinha como objetivo instrumentalizar a população, ensinando-os a ler e a escrever, essa concepção foi adotada para que os colonos pudessem ler o catecismo e seguir as ordens e instruções da corte e os índios pudessem ser catequizados mais tarde, para que os trabalhadores conseguissem cumprir as tarefas exigidas pelo Estado.

Para Saldanha (2009) é a partir da década de 1930 que a educação básica de adultos começou a estabelecer seu lugar através da história da educação no Brasil, pois neste período a sociedade passava por grandes transformações, onde o sistema de ensino de educação começa a se firmar. Em 1940 houve mudanças na educação de adultos, grandes iniciativas políticas e pedagógicas, o lançamento da CEEA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, na qual houve uma grande preocupação com a elaboração de materiais didáticos para adultos e a realização de dois eventos fundamentais para a área, com intuito de fazer com que a educação abra possibilidade de um ensino melhor. Com o fim da ditadura de Vargas, em 1945 o Brasil começou a viver uma grande ebulição política e críticas quanto aos adultos analfabetos. E segundo Friedrich et al.(2010) o índice de analfabetismo nesse ano era de 50% da população. Todo esse transtorno em lutar por uma educação para todos, fez com que a educação de adultos ganhasse destaque na sociedade. De acordo com Saldanha (2009) lançada em 1947, a campanha nacional do povo que buscava no primeiro momento uma ação extensa que previa a alfabetização em três meses, para depois seguir uma etapa de ação, voltada para a capacitação profissional e para o desenvolvimento comunitário. Nos anos 1950, foi realizada a campanha nacional de erradicação do analfabetismo (CNEA), que marcou uma nova etapa nas discussões sobre a educação de adultos. Em 1958 vários estados são convocados pelo então presidente Getúlio Vargas para relatarem suas experiências no Congresso Internacional de Adultos. Após a década de 1950, segundo Gomes et al.(2009) a educação tem um ganho através das proposta de pedagogia de Paulo freire .Para Saldanha (2009) destaque, nos anos 1970, o MOBREAL cresceu por todo território nacional, variando sua atuação. Algumas ações que surgiram foram as do Programa de Alfabetização, sendo ao mais importante o PEI - Programa de Educação Total, que correspondia a uma condensação do antigo curso primário. A partir da década de 1980 e 1990, a educação deixou de ser um ensino voltado para o tradicionalismo, fazendo com que os educadores buscassem novas propostas de ensino. A década de 1990, devido à falta de políticas o governo não deu apoio à Educação de Adultos, chegando a contribuir para o fechamento da Fundação Educar. De acordo ainda com Saldanha (2009) Momentos de fracasso e críticas tiveram na Educação de Jovens quanto à busca de um ensino de qualidade, onde os alunos possam ter direito a uma vida mais digna, com perspectiva de construir um Brasil de mudanças positivas. Durante mandato do Governo Lula, foi criada a secretaria extraordinária de erradicação do Analfabetismo, para cumprir a meta de erradicar o analfabetismo, foi lançado o programa Brasil Alfabetizado, por meio do qual o MEC contribuirá com os órgãos públicos Estaduais e Municipais, instituições de ensino superior e organizações sem fins lucrativos para que desenvolvam ações de alfabetização. (SALDANHA, 2009). No governo Dilma, a presidenta promete dar continuidade aos projetos do governo Lula e lança juntamente com o ministro da educação Fernando Haddad o PRONATEC, (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego). O programa pretende até 2014 200 novas escolas técnicas. Objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, e de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores.

Como mostra dados do Censo Escolar 2010, a preocupação é com o número de matrículas na EJA. De 2009 para 2010, nota-se uma queda de 5,0% uma redução de 374, 096 mil alunos. De acordo com Pnad/IBGE 2009, o Brasil tem uma população de 57,7 milhões de pessoas com mais de 18 anos que não frequentam a escola e que não tem ensino fundamental completo.

A EDUCAÇÃO FÍSICA E A EJA

A EJA é destacada na LDB- Lei de Diretrizes e Bases, no artigo 37º e nos seus parágrafos conforme aqui dispostos:

Art. 37º - A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementadas entre si. § 3º A Educação de Jovens e Adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma de regulamentação (BRASIL, 1996).

Nessa mesma lei quando tratada as aulas de EF em seu Artigo 26º § 3º fica explícito que esta “é um componente curricular obrigatório no ensino regular”, porém sua prática se torna facultativa ao aluno nas seguintes situações:

- I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- II – maior de trinta anos de idade;
- III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- IV – amparado pelo Decreto-Lei no 1.044, de 21 de outubro de 1969;
- V – (vetado);
- VI – que tenha prole (BRASIL, 1996).

Pires et al. (2002) acredita que a EF deve colaborar de maneira que os alunos possam descobrir os benefícios da prática regular de atividade física e construam metodologias de ensino que propiciem a experimentação de atividades prazerosas, de tal modo que eles desejem continuá-las também fora da escola. Espera-se que os alunos da EJA estejam conscientes da importância e sejam capazes de assumir uma postura ativa na prática das atividades físicas.

Sobre proposta citada Pires et al. (2002), os mesmos ainda comenta que:

É preciso reconhecer que chegou o momento de olhar para esse segmento da sociedade brasileira e buscar novas formas de viabilizar o seu acesso a esse saber. Trata-se de ajustar a proposta de ensino aos interesses e possibilidades dos alunos de EJA, a partir de abordagens que contemplem a diversidade de objetivos, conteúdos e processos de ensino e aprendizagem que compõem a Educação Física escolar na atualidade (p.195).

D’arce e Coletti (2012) acredita que nessa perspectiva, a formação da pessoa, o desenvolvimento de valores necessários à relação profícua entre o projeto individual e o coletivo da sociedade, devem estar ligados numa forte transformação, que envolva uma ou diversas áreas do conhecimento humano. Desse modo segundo os autores, a EF e seus conteúdos dela calçada na cultura corporal devem ser analisados e compreendidos:

[...] para além das habilidades biológicas, enfatizando a importância da fundamentação da área na sua relação com o conhecimento das áreas humanas, como antropologia, filosofia, sociologia e psicologia. Assim, funda-se uma Educação Física que resgata os valores culturais populares dos esportes que historicamente construiu sua base em movimentos humanos relacionados ao um momento da vida no passado (D’ARCE e COLETTI, 2012, p.4).

A mudança da prática pedagógica da EF não se deve justificar somente pela ausência de propostas pedagógicas por parte dos professores, mas deve ser analisado como está disposto no currículo o espaço para que a disciplina seja desenvolvida de maneira eficiente, para fazer a diferença na vida do aluno, como, por exemplo, para os trabalhadores que chegam à escola, na maioria das vezes, cansados do trabalho, devendo, pois, ser realizada uma

atividade que estimule o “querer participar”, dando autonomia e desenvolvendo o lado crítico do aluno para compreender o mundo ao qual pertence (SAUCEDO E SILVA, 2012, p.6).

MUDANÇAS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA NA LDB.

Na Primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em dezembro de 1961, a EF já era considerada obrigatória nos cursos de graus primários e médio até a idade de 18 anos (DARIDO e RANGELL, 2005).

Com a reforma educacional ocorrida em 1971, houve algumas mudanças, onde a principal foi em relação à ampliação da obrigatoriedade da EF a todos os níveis e ramos de escolarização, sendo que a participação nessas aulas era facultada para alguns casos específicos. Essa opção de facultabilidade reforça as intenções do governo da época de que a educação física fosse apenas instrumentos de preparação do trabalhador. Além de tudo isso, a essa época a EF era considerada uma mera atividade extracurricular, o que fez com ela fosse vista durante muito tempo, principalmente após a década de 1980, como um elemento sem nenhum comprometimento formativo educacional (DARIDO e RANGEL, 2005).

A partir da promulgação de lei n.º9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), o status da EF mudou, passando a ser considerado um componente curricular como qualquer outro. Então, a EF integrada à proposta pedagógica da escola, se torna componente curricular obrigatório da Educação Básica ajustando-se as faixas etárias e as condições da população escolar (BRASIL, 1996).

Essa expansão trouxe benefícios e conforto aos profissionais da área. Porém a ainda persistente facultatividade da Educação Física nos cursos noturnos, não se justifica, pois se acredita que a Educação Física não se concentra apenas em exercícios repetitivos e desgastantes, mas há um demanda de opções e conteúdos que podem ser trabalhados com a disciplina na EJA, de forma descontraída, prazerosa e útil para esse público (FARIAS et al., 2012, p.4).

Darido e Rangel (2005) acreditam que de qualquer forma a LDB atual trouxe grandes avanços para a educação física escolar. Um desses aspectos é o fato de a mesma ser encarada como um componente curricular, e, talvez mais importante ainda, seja o fato de a mesma dever se ligar ao projeto pedagógico da escola, dando a possibilidade de que a educação física se integre ao cotidiano escolar e demonstre a sua importância.

Para o Coletivo de Autores (1992) um projeto político-pedagógico representa:

[...] uma intenção, ação deliberada, estratégia. É político porque expressa uma intenção em determinada direção e é pedagógico porque realiza uma reflexão sobre a ação dos homens na realidade explicando suas determinações (p.23).

Mascarenhas e Silva (2005), afirmam que a EJA, na perspectiva de alcançar seu objetivo de maneira mais eficiente, promove uma reestruturação nas suas matrizes pedagógicas, possibilitando uma atualização e um melhor atendimento às necessidades educacionais e define como desafiador, pois, a construção de uma proposta pedagógica para um público “diferenciado” com necessidades e expectativas específicas, demanda tempo para o conhecimento da população, planejamento e reformulação continuada, a fim de atender e suprir todos os requisitos.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida através de um estudo qualitativo descritivo que para Gil (2008) tem como característica mais significativa a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como questionário e a observação sistemática. O estudo pretende debater a EF na EJA, mais especificamente acerca da visão dos alunos, utilizando-se de um questionário específico para o grupo investigado, sendo este questionário proposto por Barbosa et. al. (2011) e adaptado para suprir aos objetivos desta pesquisa. Os resultados serão apresentados através de gráficos. Participaram da pesquisa 76 alunos da Escola Estadual Professor José Borges de Moraes e 25 Alunos da Escola Municipal São José, contabilizando um total de 101 alunos do Ensino Fundamental e Médio da modalidade EJA, do município de Rio Pomba/MG.

Após a autorização das direções das referidas escolas para a realização da pesquisa, foi apresentado um termo de consentimento livre esclarecido para que em seguida os questionários fossem aplicados aos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dados do IBGE 2007, mostram a prevalência de mulheres matriculadas na EJA em relação aos homens, nessa pesquisa não foi diferente, o que se pode confirmar na amostra onde aponta-se 55% de mulheres e 45% de homens. Dentre esses alunos existe uma variedade de idades entre 15 até 75 anos, mais o público com maior representação encontra-se entre a faixa etária de 19 e 25 anos com 25% do total.

A EF no ensino noturno, no tratado EJA, é uma disciplina obrigatória, porém facultativas aos alunos que se encaixam no perfil de exigências da lei. Quando questionado sobre essa obrigatoriedade da EF na EJA 68% dos alunos responderam sim, quanto à obrigatoriedade desta disciplina, enquanto 32% responderam que desconhecem a obrigatoriedade da mesma nesta modalidade.

Quando perguntado se eles acreditam que a EF é importante para formação deles na EJA, 71% afirmam que sim, já 29% dos alunos não acreditam na importância da disciplina para sua formação. Para Farias (2012), a EF faz parte dos demais saberes, e sua inclusão na EJA representa a possibilidade dos alunos de instigar a criatividade, tornarem sujeitos no contato com a cultura corporal do movimento, numa intencionalidade de usufruir de instrumentos para promoção de saúde e pretensão de criar hábitos saudáveis e prática de exercícios físicos para toda a vida.

Sobre a participação nas aulas de EF (43%) responderam que participam “às vezes” das aulas e dentro das justificativas, 52% afirmam já estarem cansados dos seus serviços diários, enquanto 34% relatam que depende da atividade da aula e 14% representa os que participam quando o horário que chegam à escola coincide, pois às vezes chega mais tarde do serviço. Dos alunos que responderam “sim” (39%), que participam das aulas de EF, 54% acreditam na importância e benefícios dos exercícios físicos, 18% dos alunos participam pelos esportes no qual o futsal foi muito citado pelo público masculino, 13% relatam que o professor incentiva e isso os motiva a participar das aulas, 10% dos alunos acreditam na importância da disciplina para formação dentro e continuidade fora da escola. E somente 5% participam das aulas com intuito de ganhar somente presença e não levar falta. Dos alunos que responderam “não” (18%) participar das aulas de EF, 50% relatam estar cansados e já não estarem dispostos a participar das aulas, seguidos por 22% que destacam os horários das aulas não serem compatíveis com o horário que chegam à escola, ou por ser último horário e eles querem ir embora mais cedo, 17% relatam não gostar mesmo e 11% representam mulheres que relatam não participar por estarem grávidas. No que tange aos alunos que responderam não participarem das aulas, acredita-se que uma possibilidade de intervir nesse campo seria na

capacidade do professor de EF em estimulá-los para essas práticas de procurar fazer com que suas aulas sejam motivadoras e inovadoras, conquistando assim sua confiança e atrair seus alunos para participação ativa.

Quando questionados sobre: “Como devem ser as aulas de EF?”, a maioria dos alunos, 58%, responderam que as acredita nas aulas de EF com aulas práticas e teóricas. Já 31% afirmam que preferem aulas exclusivamente práticas e a minoria, 11%, preferem aulas somente teóricas. Quando perguntado como são as aulas de EF, 39% dos alunos responderam que os professores lecionam as aulas de forma prática, seguido de 34% que afirmam que as aulas são divididas em práticas e teóricas e 27% responderam ter aulas teóricas.

Segundo Araujo (2008), a EF é uma área do conhecimento que difere das demais pelo trato com seu objeto de estudo: o corpo em movimento. Sendo essa disciplina responsável por um processo de ensino-aprendizagem da cultura corporal que abrange os jogos, danças, esportes, ginástica, lutas, atividades físicas, saúde e outras. Quando questionado sobre o conteúdo mais trabalhado pelo professor, o esporte aparece em primeiro lugar com 34% do total seguido do conhecimento do corpo que representa 29% das respostas e 23% jogos e brincadeiras, citados também mais com representação menor, a dança 10% e outros 4% que se encaixam as palestras e debates. O conteúdo luta não apareceu em nenhum questionário.

Quando questionados se o professor perguntou quais atividades gostaria de praticar ao longo dos anos, 56% afirmam que “não”, o e 44% afirmam que “sim”. Para Freire (2002) “Saber ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidade para sua própria produção ou sua construção”. É importante que o aluno participe das aulas não somente com o programado mais que o professor crie situações que eles possam desenvolver a autonomia e criticidade dentro de um tema, de um assunto, onde a troca entre conhecimentos possa acontecer.

Quando perguntado se o professor é criativo a maioria que representa 44% responderam que “às vezes”, 42% responderam que “sim” e somente 14% responderam “não”. Quanto a questão que refere-se às atividades realizadas até hoje nas aulas de EF, a questão: “Como vocês avaliam seu professor e suas aulas?”, 39% diz ser bom, 28% excelente, 20% muito bom, 12% regular e apenas 1% diz ser péssimo. Nesta seção, também pode ser ressaltado a preocupação que os professores de EF devem ter para estimularem seus alunos para essas práticas de forma que suas aulas sejam motivadoras e inovadoras, precisando conquistar a confiança e atrair seus alunos a cada dia para participação efetiva durante as aulas.

CONCLUSÃO

Podemos concluir baseado nos dados, que os alunos da EJA acreditam na obrigatoriedade da disciplina EF e importância que ela tem na formação deles nesse processo pela busca do conhecimento e valores. Visto que eles preferem aulas que se dividem de formas teóricas e práticas, onde o cansaço do serviço e horários que as mesmas são ministradas é citado como empecilho para a prática das aulas. Segundo os alunos, o conteúdo esporte, seguido de conhecimento sobre o corpo são os conteúdos mais trabalhados pelos professores. Sobre os professores, os alunos afirmam que são criativos, o que talvez explique a avaliação dos mesmos e das aulas tenha atingido Bom dos alunos. Por isso concordamos com Pires et al. quando eles apontam já caminhos percorridos da EJA, mas que ainda muitos outros estão abertos para serem trilhados.

Como sugestões, pensamos que dentro desta modalidade, devem-se haver mais estudos com o intuito de serem criadas novas propostas metodológicas, orientações didáticas, relatos de experiências que permitam aos futuros profissionais indicativos e subsídios para uma prática condizente com as principais questões que os alunos estejam buscando/enfrentando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, R. V. **O ensino da educação física na educação de jovens e adultos, sob um olhar psicopedagógico**. Goiás: UEG, 2008.71f. Dissertação. UEG, Goiás, 2008.
- BARBOSA, T.C; MOREIRA, C. V. B; MENEZES, H. R; PEREIRA, S. A. M. A educação física na educação de jovens e adultos (EJA). **Congresso Paulistano de Educação Física Escolar**, São Paulo, 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB**. Brasília, DF: MEC/SE, 1996.
- _____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 mai. 2012.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.
- DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- D'ARCE, G. D. C.; COLETTI, B. M. Educação física no ensino noturno: avanços ou retrocessos. **Revista Fiep Bulletin**. Vol 82. Special Edition, 2012.
- FARIAS, A. C; LEÃO, B. L; GOMES, F. O; SOUSA, I. S; ROCHA, M. F. S. O profissional de educação física e os alunos da EJA á luz da LDB. **Revista Sapientia**, v.4, n.4, p. 1-8, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários á prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra,1996.
- FRIEDRICH, M; BENITE, A. M. C; BENITE, C. R. M; PEREIRA, V. S. Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389 410, abr./jun. 2010.
- GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, M. C. F; SILVA, A. O; GÜNTHER, M. C. C. Educação física na educação de jovens e adultos, e os documentos legais. **Congresso Norte Paranaense de Educação Física Escolar**. Universidade Estadual do Paraná, Paraná, 2009.
- LOPES, S. P.; SOUSA, L. S. EJA: Uma Educação Possível ou Mera Utopia? **Revista Alfabetização Solidária** (Alfasol), v. 5, março/2005.
- MASCARENHAS, A. C. B.; SILVA, S. S. **Educação de jovens e adultos: implicações da escolarização básica noturna e tardia**. Goiás: UFG, 2005. Dissertação, UFG, Goiás, 2005.
- PIRES, C. M. C. (Org.). **Educação de Jovens e Adultos: Proposta Curricular**. 2º Segmento do Ensino Fundamental. Brasília: Ministério da Educação - Secretaria de Educação Fundamental, 2002. v. 3. 620p.
- SALDANHA, L. **Histórico da EJA no Brasil**. WebArtigos, 2009. Disponível em: http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_14328/artigo_sobre_hist%C3%93rico_da_eja_no_brasil. Acesso em: 25 mai. 2012.
- SAUCEDO, K. B. e SILVA, J. B. L. Repensando a práxis pedagógica do professor de educação física no ensino médio noturno. **Revista Fiep Bulletin**. Vol 82. Special Edition, 2012.
- Kélvia Siqueira Silva**

Rua Pedro José de Freitas, 177 – Nossa Senhora das Graças – Casa – Rio Pomba-MG
CEP.: 36.180-000
e-mail: kellvynha@hotmail.com - Tel: (32) 3571-1796/(32) 8477-9691